

Nº 31 - Designar o Doutor JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR, Procurador da Justiça Militar, lotado na PJM/São Paulo/SP - 1º Ofício, para prosseguir nas diligências investigatórias a fim de esclarecer os fatos narrados nos autos do Procedimento de Diligência Investigatória Criminal 01/06, originado na PJM/São Paulo/SP - 1º Ofício, Prot. MPM 0032/06/DDJ, e tomar as providências que entender de direito.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 32 - Designar o Doutor CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES, Promotor da Justiça Militar, lotado na PJM/Belém/PA, para prosseguir nas diligências investigatórias a fim de esclarecer os fatos narrados nos autos do Inquérito Policial Militar 45/04, em trâmite na Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, Prot. MPM 0956/05/DDJ, e tomar as providências que entender de direito.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 33 - Designar o Doutor CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI, Procurador da Justiça Militar, lotado na PJM/Porto Alegre/RS, para manifestar-se sobre a questão de incompetência da Justiça Militar suscitada nos autos do Inquérito Policial Militar 53/05, em trâmite na 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, Prot. MPM 1104/05/DDJ.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 140 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 34 - Designar o Doutor NELSON LUIZ ARRUDA SENRA, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, para officiar na Sessão de Julgamento do Egrégio Superior Tribunal Militar, a realizar-se no dia 21 de fevereiro de 2006.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

#### PORTARIA Nº 35, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Designar o Doutor RENATO BRASILEIRO DE LIMA, Promotor da Justiça Militar, lotado na PJM/São Paulo/SP - 2º Ofício, para prosseguir nas diligências investigatórias a fim de esclarecer os fatos narrados nos autos do Expediente Apartado 13/05, em trâmite na 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, Prot. MPM 1015/05/DDJ, e, ao final, requerer o que entender de direito.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

## Poder Legislativo

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### ATO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 106, de 26 de novembro de 1998, Resolve,

Nos termos do artigo 1º, caput e § 4º, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, conceder pensão a ARLETE TELES LOPES, viúva do ex-Deputado Federal SILVIO FERNANDES LOPES, falecido em 05 de dezembro de 2005, correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos proventos do ex-Parlamentar, de acordo com os artigos 28, inciso I; 31, inciso I, alínea "e"; 38, in fine, e 42 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, a partir de 06 de dezembro de 2005.

Nos termos do artigo 1º, caput e § 4º, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, conceder pensão a MARIA HELENA DE MORAIS BEZERRA, viúva do ex-servidor JOÃO ALVES BEZERRA, falecido em 24 de janeiro de 2006, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da pensão percebida pelo instituidor, de acordo com os artigos 28, inciso I; 31, inciso I, alínea "e"; 38, in fine, e 42 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, a partir de 25 de janeiro de 2006.

ALDO REBELO

#### ATO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2006

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 106, de 26 de novembro de 1998, resolve,

nos termos do artigo 1º, § 6º, inciso I, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, conceder aposentadoria ao ex-Deputado Federal JOSÉ RODRIGUES BORBA, a partir de 18 de outubro de 2005, com proventos correspondentes a 26% dos subsídios, de acordo com os artigos 31, inciso I, alínea "a"; 34; 35, caput e parágrafo único, e 42 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, acrescidos de seis trinta e cinco avos da remuneração dos Membros do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 1º, § 6º, inciso IV, da Lei nº 9.506, de 30 de setembro de 1997.

ALDO REBELO

## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SECRETARIA

#### PORTARIAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com base no caput do artigo 38 da Lei nº 8.112/90 e na alínea "d" do inciso IX do artigo 65 do Regulamento da Secretaria, resolve:

Nº 81 - Considerar designado, no período de 2 a 16 de janeiro de 2006, Ranulfo José Prado, Analista Judiciário, Área Judiciária, como substituto do Chefe da Seção Cartorária e de Comunicações, nível FC-06, da Secretaria Judiciária.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com base no inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112/90, bem como na alínea "d" do inciso IX do artigo 65 do Regulamento da Secretaria, resolve:

Nº 83 - Designar Janaína Vitória de Santana, Analista Judiciária, Área Judiciária, para exercer a função comissionada de Assistente III, nível FC-03, do Gabinete do Secretário-Geral da Presidência.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com base no caput do artigo 38 da Lei nº 8.112/90 e na alínea "d" do inciso IX do artigo 65 do Regulamento da Secretaria, resolve:

Nº 84 - Designar Márcio Pachioni Baeta, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Análise de Informática, como substituto do Coordenador de Produção, nível CJ-2, da Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 1º a 10 de março de 2006.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

#### PORTARIA Nº 87, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com base no inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112/90, bem como na alínea "d" do inciso IX do artigo 65 do Regulamento da Secretaria, resolve:

Designar Marcelo Marcuzzo Raggio Nóbrega, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer a função comissionada de Assistente III, nível FC-03, do Gabinete do Secretário-Geral da Presidência.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

#### RETIFICAÇÃO

No Art.1º da Portaria nº 75/DG, de 16 de fevereiro de 2006, publicada dia 20 de fevereiro, no DOU, Seção 2, página 31, onde se lê: "...Ranulfo José Prado...", leia-se: "Edivergens de Cássia Vilaverde Freitas...".

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

#### PORTARIA Nº 78, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XVI, do art. 116 do Regulamento Interno e com base no caput do art. 38 da Lei nº 8.112/1990 e nos artigos 2º, inciso II e 3º da Resolução-TSE nº 20.703/2000, resolve:

Designar CRISTIANO MOREIRA ANDRADE, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Programação de Sistemas, como substituto do Coordenador de Produção e Suporte, Nível CJ-2, da Secretaria de Informática, nos dias 21 e 22.02.2006.

ATHAYDE FONTOURA FILHO

### CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

#### PORTARIA Nº 10, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do art. 24 caput e parágrafo único da Resolução nº 256, de 13 de março de 2002, c/c os arts. 95, caput, e 102, VII, da Lei nº 8.112/90, resolve:

AUTORIZAR o afastamento do país, no período de 28 de fevereiro a 03 de março próximo, do servidor FRANCISCO PAULO SOARES LOPES, do Superior Tribunal de Justiça, que ora exerce junto ao Conselho da Justiça Federal a Função Comissionada de Secretário da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, para participar da XIII Cumbre Judicial Iberoamericana, a qual realizar-se-á em São José, Costa Rica, no período acima, tendo em vista a designação do mesmo como perito brasileiro, conforme Ofício nº 180/GP, de 17 de fevereiro do corrente ano, deste Superior Tribunal de Justiça, com ônus para o Conselho da Justiça Federal.

Ministro EDSON VIDIGAL

#### PORTARIA Nº 11, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2006

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos da Resolução nº 390, de 17 de setembro de 2004, e a indicação do Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, resolve:

Designar os Juizes Federais MARIA CLÁUDIA DE GARCIA PAULA ALLEMAND e RENATO CÉSAR PESSANHA DE SOUZA, da Seção Judiciária do Espírito Santo e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, respectivamente, para comporem, na condição de suplentes dos Juizes Federais ALEXANDRE MIGUEL e GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.

Ministro EDSON VIDIGAL

### SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

#### ATOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2006

O GENERAL-DE-EXÉRCITO MAX HOERTEL, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Nº 17.998 - CONVOCAR, nos termos do artigo 1º, § 1º, do Provimento nº 84/99 e artigo 4º, do Provimento nº 92/05, o Dr. ANTONIO CAVALCANTI SIQUEIRA FILHO, matr. 47, Juiz-Auditor da 1ª Auditoria da 1ª CJM, para exercer, cumulativamente, a função de DIRETOR DO FORO DA 1ª CJM, no período de 06 MAR a 04 ABR 06, em virtude de concessão de férias ao Dr. Edmundo Franca de Oliveira.

O GENERAL-DE-EXÉRCITO MAX HOERTEL, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Nº 17.999 - CONVOCAR, nos termos do artigo 1º, § 1º, do Provimento nº 84/99 e artigos 4º e 5º, do Provimento nº 92/05, o Dr. RICARDO VERGUEIRO FIGUEIREDO, matr. 7488, Juiz-Auditor Substituto da 2ª Auditoria da 2ª CJM, para exercer, cumulativamente, a função de DIRETOR DO FORO DA 2ª CJM, bem como para assumir o exercício pleno do cargo na 1ª Auditoria da 2ª CJM, no período de 08 a 10 MAR 06, em virtude da concessão de férias à Drª Telma Angélica Figueiredo e do afastamento da Drª. Eleonora Salles de Campos Borges.

O GENERAL-DE-EXÉRCITO MAX HOERTEL, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Nº 18.000 - CONVOCAR, nos termos do artigo 1º, § 1º, do Provimento nº 84/99 e artigos 4º e 5º, do Provimento nº 92/05, a Drª. ELEONORA SALLES DE CAMPOS BORGES, matr. 1116, Juíza-Auditora Substituta da 1ª Auditoria da 2ª CJM, para exercer, cumulativamente, a função de DIRETOR DO FORO DA 2ª CJM, no período de 11 MAR a 06 ABR 06, em virtude da concessão de férias à Drª Telma Angélica Figueiredo.

O GENERAL-DE-EXÉRCITO MAX HOERTEL, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve

Nº 18.001 - CONVOCAR, nos termos do Provimento nº 92/05, a Drª. SHEYLA COSTA BASTOS DIAS, matr. 843, Juíza-Auditora Substituta da Auditoria da 6ª CJM, para assumir o exercício pleno do cargo na 2ª Auditoria da 3ª CJM, no período de 1º a 30 MAR 06, em virtude da concessão de férias à Juíza-Auditora e de estar vago o cargo de Juiz-Auditor Substituto.

O GENERAL-DE-EXÉRCITO MAX HOERTEL, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Nº 18.002 - CONVOCAR, nos termos do Provimento nº 92/05, a Drª. SUELY PEREIRA FERREIRA, matr. 1119, Juíza-Auditora Substituta da Auditoria da 9ª CJM, para assumir o exercício pleno do cargo na 3ª Auditoria da 3ª CJM, no período de 06 MAR a 04 ABR 06, em virtude da concessão de férias ao Juiz-Auditor e de estar vago o cargo de Juiz-Auditor Substituto.

Gen. Ex. MAX HOERTEL

### TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO

#### ATO Nº 489, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do P.A. nº 5.475/2005-TRF, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, em decorrência de desistência expressa, a nomeação da candidata MOEMA RIBEIRO BORGES, feita pelo Ato/PRESI/630-205, de 23/01/2006, publicado no Diário Oficial